

ADOLESCÊNCIA BRASILEIRA E O CONTEXTO DE VULNERABILIDADE À VIOLÊNCIA.

Ana Paula Motta Costa¹

Resumo:

A adolescência, como etapa de vida com significado social específico, no contexto sociocultural brasileiro contemporâneo, encontra-se em condição de significativa vulnerabilidade à violência. Busca-se, neste artigo, analisar a complexidade que envolve o público em questão, compreendendo não apenas a realidade de vida dos adolescentes e sua vulnerabilidade à violência, mas destacando-se como tal processo insere-se no conjunto da sociedade. Analisa-se, portanto, a adolescência em intersubjetividade com o contexto onde se insere, e a violência, que adquire diversas dimensões, mas que se relaciona às inúmeras possibilidades ofertadas no mundo contemporâneo e à falta de perspectiva de pertencimento e reconhecimento social dos sujeitos.

Palavras-chave: Adolescência. Violência. Vulnerabilidade.

Adolescence and the Brazilian context of vulnerability to violence

Abstract:

Adolescence as a stage of life with specific social meaning in the contemporary Brazilian sociocultural context, is in a position of significant vulnerability to violence. Therefore, this article analyzes the complexity that involves the audience in question, including not only the adolescent's life's perspective and their vulnerability to violence, but also emphasizing how this process fits into the whole of

¹ Doutora em Direito, pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS) e Universidade Pablo Olavide – Espanha.
E-mail: anapaula.mottacosta@gmail.com

society. Analyzes, therefore, adolescent intersubjectivity in the context where it belongs, and the violence that takes various dimensions, but that relates to the numerous possibilities offered in the contemporary world and the lack of perspective of belonging and social recognition of the subjects

Keywords: Adolescence. Violence. Vulnerability.

Adolescência brasileira e o contexto de vulnerabilidade à violência

“Meu filho ainda vai sair. Tem uns que não conseguem sair. Isso é um labirinto. Para mim isso é um labirinto; ele ainda não encontrou a saída, mas vai encontrar” (ATHAYDE, BILL e SOARES, 2005, p. 214).

Os(as) adolescentes dos diversos contextos sociais brasileiros, em especial os(as) que vivem em condição de maior dificuldade econômica, nas periferias das grandes cidades, compõem uma das parcelas da população em maior condição de vulnerabilidade. Este artigo busca analisar as várias faces de tal complexa vulnerabilidade, compreendida não como um problema que se restringe a realidade de vida dos(as) adolescentes, mas que atinge o conjunto da sociedade.

1. Adolescência e as circunstâncias contemporâneas

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8069/90), são definidas como adolescentes as pessoas na faixa etária compreendida entre os doze os dezoito anos de idade incompletos. Sendo que em situações expressas, em especial no que se refere ao cumprimento de medidas socioeducativas, aplica-se a respectiva Lei a pessoas entre os dezoito e os vinte e um anos de idade¹. A Convenção Internacional dos Direitos da Criança classifica como crianças o conjunto do público entre a faixa etária entre zero e dezoito anos incompletos. De outra parte, uma recente emenda à Constituição Federal Brasileira² incluiu o público de jovens entre aqueles que merecem proteção especial, considerando sua condição de desenvolvimento, conforme art. 227 da Constituição Federal, sem, no entanto, definir quem faz parte de tal público.

Tais disposições normativas servem como parâmetro para a definição do tratamento jurídico destinados aos respectivos públicos, bem como para a elaboração de políticas públicas específicas. De outra parte, as etapas de desenvolvimento humano, e suas respectivas faixas etárias, não são tão

¹Art.2º e § único do Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei 8069/90. Considerando que o ato infracional tenha sido praticado pelos(as) adolescentes antes dos dezoito anos de idades, o cumprimento da medida socioeducativa pode chegar até vinte e um anos de idade, sendo que na data em que o(a) adolescente completa esta idade, a medida em cumprimento deve ser extinta.

² Redação dada pela Emenda Constitucional nº. 65, de 2010.

precisas em todos os casos e considerando os diferentes contextos socioculturais. Em realidade, a ultrapassagem da etapa de vida compreendida como infância para a adolescência e desta para a fase adulta, ocorre para cada pessoa de uma forma, de modo gradativo e em momentos específicos da vida, com avanços e recuos.

Sabe-se que a qualificação de crianças e adolescentes como diferentes dos adultos e não pertencentes ao mundo racional não é de hoje e encontra raízes ao longo da História. Particularmente, a sociedade ocidental tem apresentado uma característica “adultocêntrica”. Ou seja, a perspectiva evolucionista de progresso direciona as pessoas a fim de que ocupem seu espaço no mundo na fase adulta, de onde olham o mundo e analisam o comportamento humano. Assim como a ordem social contemporânea têm como centralidade cultural a perspectiva de ver o mundo predominantemente masculina, branca e dos países do norte (SANTOS, 2006, p. 31-43), também nessa cultura hegemônica a perspectiva predominante é desde o ponto de vista dos adultos. A visão da infância, como um projeto de adulto, ainda é uma realidade nas sociedades contemporâneas, com maior ou menor ênfase, dependendo dos contextos socioculturais.

É desse lugar também que as pessoas adultas, em geral, analisam a adolescência, ou seja, desde o lugar de adultos. E compreender a forma de pensar e de agir dos(as) adolescentes, mesmo que se tenha há pouco tempo feito parte do universo juvenil, é tarefa árdua, pois o comportamento da juventude não é o esperado pelo mundo

adulto. As características da adolescência, especialmente a busca por experiências e sensações, a ousadia, a coragem, a condição de fazer as coisas de sua geração, continuam causando estranheza ao mundo adulto.

A categoria criança, como indivíduo em desenvolvimento e com necessidades específicas, portanto, em uma abordagem não ontológica, nem sempre contou com o significado social observado nos dias atuais. Conforme ARIÈS (1981, p. 50-69), antes e durante a Idade Média a infância não existia tal como é concebida na atualidade.

Assim, as crianças não eram percebidas pela consciência social como seres diferenciados do mundo dos adultos. Esta compreensão não se refere à inexistência de dependência biológica das crianças em relação aos adultos, mas a não abordagem social da infância como uma etapa de desenvolvimento que necessitasse de compreensão específica, e à “ausência de consciência da particularidade infantil” (ARIÈS, 1981, p. 156).

A referência histórica da construção da categoria da adolescência é ainda mais recente que a infância. De acordo com Ariès (1981), essa conceituação surgiu de modo singular, no século XX, considerado o “século da adolescência”. Assim, afirma o autor que a falta de diferenciação entre crianças e adolescentes, gradativamente foi substituída pelo conceito também impreciso de juventude, ou de “homem jovem” (ARIÈS, 1981, p. 49). “A juventude apareceu como depositária de valores novos, (...)”

tornou-se um fenômeno geral e banal após a guerra de 1914, em que os combatentes da frente de batalhas opuseram-se em massa às velhas gerações da retaguarda” (ARIÈS, 1981, p. 46).

Na sequência do pensamento do autor, pode-se afirmar que a compreensão dos sujeitos como integrantes da faixa etária jovem, identificados pela sociedade com comportamentos característicos e comuns, esteve desde seu início associada à ideia de problema a ser controlado e superado. As características comuns da juventude e da adolescência não são vistas desde a sua identificação como positivas, ou questionadoras e impulsionadoras de mudanças, mas como impeditivas do bom funcionamento social. A tal ponto tem sido assim, que muitas vezes o desejo adultocêntrico é de que, de fato, não tenham comportamento adolescente, mas que se comportem com a maturidade adulta, considerada adequada e racional.

A construção sociocultural da categoria de adolescentes, embora não totalmente desvinculada da infância, caracteriza-se por uma trajetória confusa no imaginário social. Adolescente é aquele(a) que não é mais criança e também não é ainda um adulto. Por vezes, espera-se dele comportamento infantil, dócil e maleável. Outras vezes, espera-se a maturidade adulta, ponderação e racionalidade.

Todas essas circunstâncias da adolescência são dificultadas pela ausência na sociedade ocidental de rituais de passagem objetivos para a fase adulta, ou seja, sem marcos objetivos

que definam o fim da adolescência e o início de uma nova etapa da vida em sociedade. No contexto atual, a compreensão de que se é adulto, ou mesmo adolescente, depende de muitos fatores, relacionados à condição social do sujeito, e, especialmente ao exercício de experiências afirmativas da identidade adulta, como trabalhar, engravidar, ter filhos, ter uma vida sexualmente ativa, sustentar a família.

Em interação com o que lhe é esperado por parte da sociedade, o (a) adolescente vive entre o mundo infantil e o adulto, mas não chega a identificar-se com nenhum deles. Trata-se de um tempo de passagem, de limites e possibilidades, mas com características próprias, como etapa de vida. O corpo vive transformações intensas, deixa de ser familiar e exige novo reconhecimento: é a puberdade, como etapa biológica em que são vividas transformações hormonais, que exteriorizam a capacidade de procriação e que influenciam o comportamento (OSÓRIO, 1989, p. 11). As transformações biológicas podem, ou não, coincidir com o início da adolescência, que, diferente daquela, é uma condição psicossocial e não física. Em alguns momentos histórico-culturais as duas fases coincidem, em outros não. Ilustra tal afirmação seguinte reflexão:

Nos anos 70 a criança tornava-se púbere e depois adolescia; nos anos 80, a puberdade e a adolescência ocorriam concomitantemente; e na última década observo uma conduta adolescente (namoro, contestação etc) em indivíduos ainda não púberes (OUTEIRAL, 2001, p. 23).

Nesse contexto, observa-se que as transformações da sociedade contemporânea têm provocado uma abreviação do período de latência, ou uma des-invenção da infância. Trata-se de comportamentos típicos da cultura ocidental da atualidade, como a exposição cada vez mais precoce à sexualidade genital, por exemplo, através dos meios de comunicação, à violência, à velocidade e à fragmentação. Tudo isto tem feito com que a delimitação de espaços sociais, antes de adultos, de adolescentes e de crianças, esteja cada vez menos precisa (OUTEIRAL, 2001, p. 21).

A separação entre períodos cronológicos da vida também tende a diferenciar-se dependendo do contexto socioeconômico e cultural em que estão inseridos os sujeitos. Assim, nas classes sociais menos favorecidas, o processo de adolecer tem começado e terminado mais cedo, pois está condicionado à iniciação em experiência do mundo adulto, que tendem a ser antecipadas, como a iniciação sexual e o ingresso no mundo do trabalho. De outra parte, também tem sido uma tendência contemporânea o fato de que a adolescência nas classes sociais mais favorecidas poder ser mais prolongada, sendo adiadas etapas de iniciação profissional e da saída da casa dos pais (OUTEIRAL, 2001, p. 24).

Há, portanto, processos sociais e culturais que podem apressar o ritmo de desenvolvimento, influenciando adolescentes precocemente, por meio da exigência de escolhas mais complexas do que estariam emocionalmente preparados. São situações como o trabalho infantil, a

trajetória de rua, o acúmulo de responsabilidades no seio da família, a necessidade de assumir responsabilidades e sobreviver financeiramente, entre outras. Desafios que são apresentados precocemente na vida dos sujeitos e que podem gerar impactos negativos sobre o seu desenvolvimento moral, cognitivo e afetivo. A presença de consequências decorrentes destas situações não é de responsabilidade apenas da família, mas também do Estado, da sociedade e de um conjunto de instituições que deveriam considerar o(a) adolescente como sujeito de processos educativos e não já com obrigações e responsabilidades para as quais seu preparo ainda é precário (Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária, p. 29-30).

Portanto, adolescência está no meio do caminho, na passagem entre o mundo da infância e o desconhecido, temido, mas também desejado, mundo adulto. De outra parte, esta etapa intervalar da vida constitui-se com características próprias que convivem com muito prazer e crescimento e, às vezes, com dificuldades. As pessoas nesta fase vivem o luto da perda da identidade em construção na infância e, por outro lado, buscam a afirmação de sua identidade em transformação, sob pressão para que apresente contornos de adulta. Trata-se de uma importante, ou peculiar, etapa da vida na construção da identidade, a partir da redefinição da imagem corporal, estabelecimento de escala de valores éticos próprios, assunção de funções e papéis sexuais e definição das escolhas profissionais

(OSÓRIO, 1989, p. 12) e ampliação das experiências de relacionamentos, com outros grupos para além da família.

O processo de afirmação da própria identidade, ou a consciência de si mesmo, como entidade biopsicossocial no mundo, dá-se pela identificação com modelos de conduta de pessoas significativas, ou do grupo de iguais. Ou, ainda, passa a definir-se a partir da possibilidade de assumir identidades circunstanciais, de acordo com as situações novas que se apresentam, seja no campo existencial, ideológico ou ocupacional. Assim, a identidade em construção resulta de dois pontos principais: “da afirmação ou rejeição seletiva de identificações infantis; e da maneira como o processo social da época identifica os jovens” (FERREIRA, 1997, p. 161).

Nesse percurso, intervalar, os(as) adolescentes buscam identificar-se com seus pares, assim andam em bandos, com roupas e outros atributos iguais, sendo difícil ao olhar adulto, visualizar a sua individualidade. “Diferencia-se e iguala-se, mira-se nos outros e aparte-se deles. São duas faces da mesma moeda, dois momentos complementares do jogo de espelhos em que nos formamos” (ATHAYDE, BILL e SOARES, 2005, p. 205).

Conforme afirma Sudbrack (2009a, p.1-2), em razão das dificuldades em compreender-se, o(a) adolescente busca constantemente alguém que o entenda. Sente que outras pessoas em igual situação o entendem, identifica-se quanto às suas angústias, seus medos, seu universo. Neste contexto,

os(as) amigos(as) tornam-se o grupo de maior importância e influência e precisam ser reconhecidos como parte de suas redes sociais.

No entanto, não há uma única possibilidade para a identificação, as possibilidades são múltiplas, assim como é múltipla a oferta do mercado de consumo contemporâneo. As experiências a serem vividas apresentam-se cotidianamente, o que torna o desafio da adolescência uma possibilidade permanente de angústia frente às escolhas a tomar (ASSIS e AVANCI, 2004, p.22). De outra parte, vê-se que a relação da adolescência com o mundo é imediatista, estimulada pela velocidade e instantaneidade contemporâneas. Contestam tempo de espera e o projeto de futuro, ainda que aprendam com maior facilidade o código de sobrevivência do futuro, na medida em que se apropriam muito rapidamente das novas tecnologias e dos novos meios de comunicação.

Embora tudo pareça mais fácil para os(as) adolescentes de hoje, visto que os pais são mais compreensivos, há mais liberdade sexual e maiores opções entre as múltiplas escolhas supostamente possíveis, encontram-se muito mais angustiados frente às crescentes exigências do mundo do trabalho, da sociedade de consumo, do padrão de estética e das restritas possibilidades de pertencimento social (WEINBERG, 2001, p. 8-11).

De acordo com Mafesolli, a complexidade do processo de construção da identidade contemporânea ocorre porque

houve um deslocamento da concepção de indivíduo, com identidade estável, desempenhando papéis contratuais, para uma ideia atual de “pessoa com identificações múltiplas, desempenhando papéis nas tribos de afeição” (2007, p. 100). Portanto, todas as múltiplas possibilidades, no contexto de incerteza e liquidez, fazem com que a adolescência, além de suas dificuldades já conhecidas, lide com característica contemporânea de que tudo é possível e, ao mesmo tempo, as possibilidades são restritas, os projetos são inexistentes e as perspectivas são limitadas.

O fato é que a adolescência é uma fase especial para todos, mas acaba constituindo-se em uma etapa difícil para os meninos e meninas das famílias pobres do Brasil. Tudo fica mais complicado, quando as vicissitudes da idade somam-se a problemas como rejeição em casa e fora de casa, desemprego, pobreza e alcoolismo.

Por outro lado, embora a realidade econômica e social atue de forma significativa na contextualização de tal problemática, não é possível que seja feita a associação direta entre os problemas da juventude e da pobreza, pois tal associação tende a contribuir para a reprodução dos preconceitos sociais que costumam atribuir exclusivamente às famílias mais pobres a responsabilidade pelos problemas vividos por seus(suas) filhos(as). O fato é que as condições adversas em que vivem os pobres fazem com que tenham menos possibilidades de organizar as oportunidades profissionais para os seus(suas) filhos(as) e tenham maior dificuldade de acessar apoio quando em dificuldades. Para

os(as) adolescentes pobres, de modo geral, “salta-se direto da infância para o mundo do trabalho (ou do desemprego)” (ATHAYDE, BILL e SOARES, 2005, p. 208-211). Ou seja, a adolescência não tem sido a mesma para todos.

Se, de um lado, os(as) adolescentes dos diferentes contextos sociais pertencem ao mundo globalizado, consumista e individualista, de outro, os(as) jovens que não acessam facilmente o consumo estão à margem, embora seu desejo de serem aceitos(as) e reconhecidos(as) percorra os mesmos caminhos dos(as) demais consumidores. Nessa direção, Castel aborda a realidade dos(as) jovens das periferias francesas, e afirma que vivem em bairros periféricos, mas são atravessados por dinâmicas globais. Não estão fora, na medida em que têm acesso a serviços públicos e compartilham alguns valores daquela sociedade, nem estão dentro, visto que não ocupam nenhum lugar reconhecido por esta mesma sociedade (CASTEL, 2008, p. 29-40).

Vivem a dualidade, ou o limbo do interstício cultural (BHABHA, 2005). São realidades que estão em permanente relacionamento e em contato direto. Não existem muros claros e definidos quanto ao desejo de ter e pertencer. Existem muros claros que separam a possibilidade de ter de quem vive nas periferias das cidades, tendo a pobreza como limite objetivo. Se a realidade de não pertencer torna-se insuportável, estratégias de sobrevivência são acessadas, como a compra de produtos falsificados, ou sua aquisição por meios ilícitos.

Conforme pesquisa realizada pelo IPEA (IBASE, 2005) com jovens das principais regiões metropolitanas do Brasil, a maior preocupação que manifestam quanto ao trabalho refere-se à restrição do mercado, às dificuldades de conseguir um primeiro emprego e ao medo de enfrentar preconceitos por serem inexperientes. Diz o relatório:

Os baixos níveis de renda e capacidade de consumo redundam na necessidade do trabalho como condição de sobrevivência para a maioria dos(as) jovens. Isso demarca um modo particular de vivência do tempo de juventude, que não se identifica com aquilo que o senso comum institui como modelo de jovem universal: aquele que se libera da necessidade do trabalho para poder se dedicar aos estudos, à participação mais organizada e aos lazeres (IBASE/POLIS, 2005, p 76).

O relatório identifica, ainda, que a trajetória de busca e inserção no mundo do trabalho dos(as) jovens das famílias mais pobres passa por ocuparem as ofertas de trabalho que aparecem, que, em sua maioria, permitem pouca ou nenhuma perspectiva de iniciar ou construir uma carreira profissional (IBASE/POLIS, 2005, p 76).

Nessa direção, reflete Castel “a ausência de qualquer perspectiva de futuro é o testemunho de uma desesperança profunda. O presente cristaliza assim todas as recusas (...)” (2008, p. 18). Esta parcela da população, segundo o autor, sabe que o trabalho é raro, que o sucesso escolar não garante vitória profissional. Isso porque são os(as) jovens do grupo social mais exposto a racismos, xenofobias e outras formas de preconceitos (CASTEL, 2008, p. 9).

Para além dos dados objetivos, as dificuldades de reconhecimento social estão associadas também ao estereótipo socialmente construído. Adolescentes costumam andar em bandos, com roupas estranhas, cabelos diferentes do que se espera, e seus comportamentos também não são considerados adequados. Tudo isso sempre aos olhos de quem os vê e que se sente agredido pela simples presença daqueles. Dito de outra forma, é como se os olhos de quem vê, que estão inseridos no contexto cultural contemporâneo, tivessem eles tarjas, borrões, que impedem de ver as pessoas que são e que constituem as individualidades da adolescência.

Nesse sentido, para melhor compreender tal processo, cabe referir que além de marcas com significado social, os estigmas geram profundo descrédito, defeito, fraqueza, desvantagem (GOFFMAN, 1988). O estigma possui duas dimensões: uma objetiva, como raça, diferença de renda, gênero, ou idade; e outra subjetiva, que diz respeito à atribuição negativa (ou de inferioridade) que se dá a primeira dimensão.

A adolescência no contexto social contemporâneo e, de modo específico, os(as) adolescentes pobres, são identificados socialmente a partir do estereótipo socialmente construído a respeito da faixa etária a que pertencem e, assim, não conseguem ser vistos pela sociedade em geral. Quando seu estereótipo é identificado, são considerados como um problema a ser superado, como se todos fizessem parte do mesmo balaio, como se não fossem pessoas em sua

individualidade e humanidade. Além da invisibilidade, a inferioridade está presente na avaliação ou juízo social. Trata-se do consenso pré-reflexivo que determina o valor diferencial dos seres humanos, o qual identifica quem merece respeito e quem não o merece (SOUZA, 2006, p.145).

São, portanto, adolescentes com seus direitos sociais violados, vivendo na condição de baixa escolaridade, de trabalho infantil, de exploração sexual comercial, envolvidos com drogas ou atos de violência. Adolescentes que, muitas vezes, vivenciam a fragilidade de vínculos familiares e sofrem tensões no meio social para pertencer a gangues, ou grupos identificados com o tráfico. O estigma social sobre eles impede que possam ser vistos(as) como pessoas e, especialmente, que sejam compreendidos a partir de suas peculiaridades. Tal situação caracteriza a vida e o cotidiano de um contingente significativo de adolescentes brasileiros, que, ao contrário de terem garantidos seus direitos e a possibilidade de desenvolvimento adequado para a passagem sem maiores percalços à fase adulta, seja por parte da família, do Estado, ou da sociedade em geral, vivem realidades de negações, discriminações, atropelos ao seu desenvolvimento e violações.

Sales (2007, p.27) afirma que se trata de uma visibilidade perversa, com dupla dimensão. De um lado observa-se a invisibilidade, na medida em que o sofrimento das crianças e adolescentes pela violação de direitos não é percebido pela sociedade em geral. De outro, trata-se de uma visibilidade

perversa, visto que é seletiva e reprodutora de discriminações históricas, impulsionadora de mecanismos de controle social repressores por parte do Estado.

Nessa realidade, determinados modos de vida são desvalorizados, retirando das pessoas que os praticam a possibilidade de atribuir valor social as suas capacidades. A falta de reconhecimento das pessoas e suas peculiaridades, ou diferenças, reflete-se na forma em que o Estado os reconhece como sujeito de direitos. Com significado semelhante à enfermidade e ao sofrimento, a experiência de rebaixamento e humilhação social atinge os sujeitos, da mesma maneira que a saúde física é ameaçada pelas doenças. Tal sentimento, se não canalizado para a luta social, em determinado momento abre espaço para sentimentos como vergonha e ira (HONNETH, 2003, p. 145).

Vergonha, medo, ira, humilhação, violação de direitos, falta de acesso a políticas públicas mais do que ingredientes de baixa-estima, conduzem a caminhos sem volta no labirinto em que estão inseridos. O lugar de inferioridade e desvalia torna-se componente da identidade. E o lugar de igualdade e de reconhecimento dos direitos previstos na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente torna-se retórica e abstração.

O paradoxo de tudo isso é que, também no labirinto de espelhos que refletem as múltiplas faces das identidades sociais e individuais, a sociedade se reconhece sem saída,

quando trata dessa forma os seus(suas) adolescentes. E no dilema entre causa e efeito, entre o que vem antes e o que vem depois, as paredes do labirinto cruzam-se e vão levando a caminhos que, algumas vezes, podem ser sem saída, ou sem perspectiva.

2. Violência que envolve a adolescência no Brasil contemporâneo

Convive-se uma sociedade onde a violência, em seu sentido mais abrangente, faz parte da vida cotidiana das pessoas, acontece em todos os segmentos sociais e está em todas as instituições como na família, no trabalho, na escola, nos poderes públicos, na própria justiça, enfim, está implícita nas relações entre as pessoas e, muitas vezes, banalizada socialmente. Violência, aqui compreendida como as várias faces do aniquilamento do outro, da indiferença ao sofrimento, da impossibilidade de identificação, pela desumanização. Como afirma Gauer, são tantas as formas de eliminação, “tanto individuais, como coletivas, que se torna impossível denuncia-las ou puni-las, (...) as marcas não apenas desaparecem, elas se confundem, impedindo que haja identificação” (2006, p. 11).

Nesse contexto, o problema da violência associado à criminalidade, de uma forma ou de outra, afeta a vida das pessoas e tem causas e consequências bastante complexas, principalmente nas situações envolvendo crianças e adolescentes. De outra parte e de forma reducionista, a sociedade em geral nutre certa expectativa de que a

responsabilidade recaia sobre alguns por determinados problemas que circundam a vida da coletividade.

Pergunta-se, no entanto, que tipo de sociedade é essa que almeja solucionar seus problemas somente por meio da punição? A asserção expressa pelo senso comum, ou pelos órgãos de comunicação é de que se deve retirar do convívio social todos aqueles que não estão adequados ao contexto. Esse pensamento ilusionista supõe que, ao afastarem-se as pessoas depositárias da culpa pelos malefícios do coletivo do convívio social, os conflitos inerentes ao funcionamento social seriam eliminados.

Em meio ao sentimento social de medo do próprio rosto, refletido nas contradições em que se está inserido, conduz a compreensão de que a solução é a eliminação do outro, ou seu confinamento em instituições. Nesse sentido, ganha espaço o discurso justificador do uso da força pelo Estado, como forma de garantir a segurança da população. Conforme refere Karan (1993, p. 195) a ideia de que a criminalidade convencional se define como violência leva a população a naturalizar outras formas de violência institucionalizadas no interior da sociedade. Produz-se, portanto, um pânico tal que se faz crer que a única solução é efetivamente o encarceramento, utilizando-se em grande escala o Sistema Penal.

Porém, não se pode compreender tal processo se não com a ampliação da análise da complexidade social. Dentre os diferentes aspectos a serem salientados na caracterização

dos tempos atuais, merece destaque o diagnóstico feito por Bauman (1998, p. 53-56). Chama a atenção o autor para a centralidade que o consumo tem na sociedade atual, em detrimento à produção. Assim como em relação às forças produtivas, também o consumo coloca os indivíduos em campos opostos, como consequência da atuação dos poderes de sedução do mercado consumidor.

Para atingir os padrões que a sociedade consumidora estabelece, há que se buscar diretamente os fins. Tarefa que é individual, para a qual não existem regras específicas regulamentadas, os fins justificam os meios e o espaço para a criminalidade é ampliado. A criminalidade, pois, não é um produto de mau funcionamento: é o produto inevitável da sociedade de consumidores. Quanto maior a busca individual, mais eficaz será a sedução do mercado. Todavia será maior o hiato entre os que desejam e os que podem satisfazer suas aspirações. “A sedução do mercado é, simultaneamente, a grande igualadora e a grande divisora” (BAUMAN, 1998, p. 55).

Vive-se, assim, uma nova configuração do modelo capitalista de desenvolvimento que é caracterizada por grandes diferenças sociais, pelo individualismo e consumismo exacerbados. Determinados modelos de vida ou formas de consumir são vendidos pelos meios de comunicação, os quais, quando praticados, permitem que as pessoas sintam-se incluídas a partir da condição que cada um tenha de consumir.

Castel (2008) denomina aqueles que não são incluídos no contexto de consumo como “sobrantes”, ou seja, pessoas normais, consideradas inválidas pela conjuntura caracterizada pelas novas exigências de competitividade e de concorrência, em uma sociedade em que não há mais lugar para todos (CASTEL, 2008, p. 29).

O tempo também adquire suas próprias características no contexto: é relativo, cultural e subjetivo, dependendo da perspectiva e de determinadas condições do sujeito (OST, 1999, p. 23-29). Assim, é percebido com grande velocidade por aqueles que pertencem à sociedade acelerada, do instantâneo, do imediato. Já aqueles não incluídos no modelo, esperam o tempo passar, como mais um entre os demais fatores de exclusão. Assim é o cotidiano de quem está na prisão, nas unidades de privação de liberdade de adolescentes, nos hospitais psiquiátricos, nos abrigos para crianças, que aguardam por famílias substitutas, nas filas dos serviços de saúde, de vagas de emprego, ou de acesso à Justiça. O tempo não passa...

A sociedade individualista e atomizada do início do séc. XXI segue seu caminho indeterminado e sem um destino algum, em meio aos riscos³, que, embora em intensidades diferentes, são democraticamente distribuídos a todos (BECK, 1998, p. 41-42). Neste período não existem

³ O autor identifica a sociedade atual como “Sociedade de Risco” e para tal conceito utiliza-se da metáfora do meio-ambiente, demonstrando que frente às mudanças a que está sujeito o clima, por exemplo, na sociedade atual, todos estão em risco. As diferenças irão identificar-se a partir das condições que tenham os diferentes sujeitos para enfrentar tais riscos.

certezas, e essa imprevisibilidade dos riscos é justamente o fator mais democrático da modernização. As desigualdades sociais se entrelaçam com a individualização, de modo que os graves problemas mundiais e as crises sociais são transformados e compreendidos como elementos representativos de um fracasso pessoal, isto é, são vistos como demonstração de uma crise individual (BECK, 1998, p. 117).

Nesse contexto, a adolescência, como etapa conflitiva da vida, é compreendida também como um problema individual, seus sucessos e fracassos são de responsabilidade individualizada. Ao contrário disso, a adolescência somente pode ser compreendida em determinado contexto, o qual exerce sobre o sujeito tensões, exigindo-lhe o exercício de papéis. De outra parte, sabe-se que para o(a) adolescente sentir-se sujeito de direitos e deveres é fundamental que se sinta parte de uma comunidade, sinta-se pertencendo. (SUDBRAK, 2009, p. 1-2)

As circunstâncias da adolescência são agravadas quando se tratam de famílias cuja condição social é de maior vulnerabilidade e instabilidade. Assim, dependendo do contexto específico, os problemas geracionais ganham maior dimensão frente aos desafios também maiores que as famílias enfrentam para garantir proteção, suporte, estabilidade e possibilidade de construção de projetos de vida. Se a adolescência é uma fase difícil para todos e todas, torna-se mais difícil em meio às desigualdades (de renda, raciais, de gênero, entre outras), à violência, à falta de

acesso às políticas públicas, à falta de perspectiva de ingresso no mundo do trabalho e diante de maior vulnerabilidade, na medida em que tais condições dificultam o processo de autoaceitação (autoconhecimento, ou autoestima) e de ocupação de um lugar social de reconhecimento social.

As dificuldades objetivas ampliam-se quando estão presentes, muitas vezes no âmbito familiar, situações de desvalorização, rejeição, humilhação e punição, as quais interferem na capacidade de autorrealização como ser humano (ASSIS e AVANCI, 2004, p. 32). Trata-se de dificuldades enfrentadas pelo grupo familiar, que, por sua vez, está inserido no contexto social de dificuldades e tensões.

Entre os problemas enfrentados pelos(as) adolescentes, em alguns casos, também está o envolvimento com o cometimento de atos infracionais (crimes ou contravenções penais, conforme previsão do ECA), especificidade que não pode ser compreendida como fato isolado, ou como definidor da realidade e da personalidade do(a) adolescente. Trata-se de uma circunstância vivida e uma problemática a ser enfrentada pelo(a) adolescente e sua família, sociedade e Estado.

É certo que se vivem momentos de intranquilidade na sociedade brasileira, mas a associação da violência criminal em geral à figura de adolescentes não encontra respaldo na realidade. O fato é que os(as) adolescentes têm tido

protagonismo na reprodução da violência e da criminalidade, mas também têm se constituído em suas maiores vítimas.

Conforme os dados do Relatório das Nações Unidas de 2006 sobre a violência contra a criança no Brasil, no ano de 2000 dezesseis crianças e adolescentes foram assassinados, em média, por dia. Entre tais mortos, quatorze estavam entre quinze e dezoito anos, e nesta faixa etária, o grupo era composto por 70% de negros. Na realidade, a maior vítima da violência é a juventude, alvo diário de mortes por causas externas, caracterizadas, em geral, por crimes praticados por armas de fogo, ou outras formas agressivas de interação social como, por exemplo, os acidentes de trânsito.

Os dados de mortalidade na adolescência e juventude, em especial na faixa entre 15 e 19 anos têm se mostrado importantes indicadores sociais, da mesma forma que os indicadores de mortalidade infantil (número de mortos até um ano de idade a cada 1000 nascidos vivos). Assim, segundo o Núcleo de Estudos da Violência (NEV) da Universidade de São Paulo, que analisou um intervalo de 22 anos e comparou estados e capitais brasileiras, constatando que jovens entre 15 e 19 anos são as maiores vítimas de homicídios no País, correspondendo a 87,6% dos casos. Essas mortes ocorrem essencialmente onde há uma superposição de carências e de violação de direitos.

Na mesma direção apontam os dados do Ministério da Saúde, os quais demonstram que as violências têm sido as

principais causas de óbito na faixa etária de 10 a 19 anos (52,9%). Entre os adolescentes, de 15 a 19 anos, 58,7% dos óbitos, no período analisado, foram por violências (DATA SUS -2006-2010):

De forma complementar, a Secretaria Nacional de Direitos Humanos instituiu o **Índice de Homicídios na Adolescência** (IHA). De acordo com os dados publicados, tal índice permite estimar-se o risco de mortalidade por homicídios de adolescentes em um determinado território. Os levantamentos para coleta de dados foram realizados nas cidades com mais de 100 mil habitantes e apontam que cerca de 33 mil adolescentes serão vitimados por homicídio até o final de 2011, caso as condições permaneçam as mesmas. Deste montante, 15 mil são habitantes das capitais do país. Os homicídios já correspondem a 45% das mortes nesta faixa etária; além disso, a análise do risco relativo indica que o risco de morte para os jovens do sexo masculino é 12 vezes maior do que para as meninas. Quanto à distribuição de riscos em relação à condição racial, vê-se que os negros possuem 2,6 vezes mais probabilidade de serem assassinados e as armas de fogo aparecem como o principal instrumento utilizado, com uma incidência 3 vezes maior dos que os demais instrumentos (BRASIL:SEDH, 2009).

Afirmam Soares, Milito e Silva que se está assistindo a um “genocídio social”, em que as maiores vítimas são jovens pobres, mais especificamente, do sexo masculino, nãobrancos. Conforme o autor, morrem, hoje, no Brasil,

mais jovens entre quinze a vinte e um anos, do que se o Brasil estivesse em guerra e sua população juvenil tivesse sido enviada para campos de batalha (1996, p. 190-192).

Os contextos de violência referidos não são privilégio exclusivo dos bairros pobres, mas atingem com maior intensidade estas parcelas da população. Nestes contextos, além do baixo nível de renda, também está presente a mais baixa escolaridade e a maior dificuldade de ingresso no mundo do trabalho. Portanto, há maior dificuldade de construir projetos e expectativas de vida.

De outra parte, o envolvimento dos(as) adolescentes protagonistas de atos de violência também está envolto em pré-concepções e falta de informação. A ideia que costuma ser repassada à opinião pública é a de que cada vez mais infrações são cometidas por adolescentes, de que tais crimes tem maior incidência do que os cometidos por adultos e esses atos infracionais são revestidos de grande violência.

As informações sobre essa violência que envolve adolescentes no Brasil, em especial o Levantamento Nacional do Atendimento Socioeducativo ao Adolescente em Conflito com a Lei – 2010 apontam o seguinte: os números e gráficos já apresentados pelo referido levantamento indicam que em novembro de 2010 havia 17.703 adolescentes em privação e restrição de liberdade, sendo 12.041 em internação; 3.934 em internação provisória e 1.728 em semiliberdade. Comparativamente a 2009 houve um crescimento de 4,50%, onde 12 estados contribuíram

para o aumento desta taxa, enquanto 15 para diminuição, ficando a internação com aumento de 1,18%, a internação provisória de 13,34% e semiliberdade em 10,20% (BRASIL:SDH, 2010).

O referido relatório demonstra uma importante redução na taxa de crescimento do número de internações, a partir de 2004, sendo que as taxas de crescimento anual a partir de 2006 são as seguintes: de 2006 a 2007 (7,18%); de 2007 a 2008 (2,01%) e de 2008 a 2009 (0,43 %). De 2009 para 2010, a tendência de decréscimo altera-se em alguns Estados, enquanto que em outros se confirma. Assim, a população total de adolescentes cumprindo medidas socioeducativas de internação passou a ser de 17.703 adolescentes, representando um crescimento do ano de 2009 para 2010 de 4,5%. (BRASIL:SDH, 2010). Assim, pode-se afirmar que o envolvimento de adolescentes no cometimento de atos infracionais de maior gravidade - a partir dos quais são aplicadas medidas socioeducativas de privação de liberdade - é estável ou decrescente, considerando o panorama observado de cinco anos.

O fato é que, ainda que em menor gravidade do que propagado pelo senso comum, sabe-se que a violência que envolve adolescentes - como protagonistas de atos infracionais, ou como vítimas da criminalidade -, em especial na faixa etária entre 14 e 19 anos, é um problema social de grande importância. No entanto, simplificar a análise de tais condutas, afirmando que existe uma periculosidade maior inerente à faixa etária, seria entender a

violência no Brasil e a violência que envolve a juventude a partir de um olhar reducionista e limitado.

Nesse sentido, ao analisar a complexidade de tal realidade, Assis refere que as causas da violência envolvendo a juventude brasileira incluem não apenas o nível individual, mas também estrutural e sociopsicológico (ASSIS, 1999, p. 22-24). Como nível estrutural, a autora identifica as circunstâncias sociais da vida de adolescentes que vêm a cometer atos infracionais: a desigualdade social e de oportunidades, a falta de expectativas sociais, a desestruturação das instituições públicas e as facilidades oriundas do crime organizado. Todas essas causas não podem ser examinadas de forma determinista, como relações de causa e efeito, ou seja, sua incidência não necessariamente irá significar que haverá maior violência entre os(as) adolescentes, irá depender do conjunto de circunstâncias presentes em cada contexto. Os fatores estruturais, no entanto, contribuem para compreensão acerca da ocorrência de violência, em maior ou menor grau, em grupos sociais que vivem em determinadas circunstâncias sociais.

O segundo nível, conforme Assis (1999), é o nível sociopsicológico. Essa categoria sofre influência das teorias que entendem que a delinquência juvenil está relacionada com a relação intersubjetiva entre os(as) adolescentes e as instituições com as quais têm vínculo, ou relaciona-se ao grau de influência que tais instituições exercem sobre os(as) mesmos(as). Entre tais instituições, destaca a autora, estão a

família, a escola, a igreja, as instituições responsáveis pela segurança pública e, de outra parte, o grupo de amigos(as) (ASSIS, 1999, p. 23).

Compreende-se a atitude de cada sujeito, portanto, não só em razão do conjunto de normas em que o mesmo foi socializado, mas desde sua percepção ou interpretação de tais normas, devendo-se observar a sua perspectiva. Assim, em vez de estudar o(a) jovem delinquente e seu comportamento de forma isolada, a análise necessária para a melhor compreensão da violência, segundo tal visão, deve ser voltada ao contexto, às instituições com as quais interage.

Apenas a interconexão entre as várias dimensões explicativas é capaz de gerar um conhecimento mais profundo e real sobre a violência praticada por adolescentes. As causas do proceder agressivo de cada jovem somente adquirem sentido na rede de influência em que ele atua, levando-se ainda em consideração as circunstâncias fortuitas em que esteve envolvido(a) no momento em que realizou tal prática.

Para que se compreenda a complexidade da dinâmica da violência juvenil no contexto brasileiro, é preciso conjugar alguns fatores que fazem parte do modo de vida desta população nas cidades dos tempos atuais.

a) Observa-se que grande parte das famílias de classes populares vive as tensões do cotidiano, sob condição de estresse permanente, especialmente pelo desafio diário de

sobrevivência. Neste contexto, podem ser deficitárias na promoção de garantias e de proteção de seus membros. Os vínculos familiares, embora estejam presentes, podem se tornar vulneráveis, dependendo do grau de violência dentro de casa. Nesta direção, pode-se dizer que as famílias brasileiras são bastante contraditórias: ao mesmo tempo em que são muito amorosas, também podem ser muito violentas, ou, “são um contexto paradoxal de risco e proteção” (SUDBRACK, 2009b, p.4). Assim, os referenciais de autoridade nem sempre são positivos, possibilitando a reprodução das relações intrafamiliares em outros contextos.

O fato é que a adolescência provoca mudanças, conflitos e adaptações no contexto das famílias que têm entre seus membros alguém que está atravessando esta fase da vida. Em tais contextos conflitivos, muitas vezes o envolvimento dos(as) adolescentes com o cometimento de atos infracionais pode estar relacionado às dificuldades da família, ou ao fato de que o funcionamento familiar não pode mais ser gerido da forma como vinha sendo até então. A dificuldade de lidar com tal etapa da vida familiar pode acabar por contribuir com a manifestação violenta dos(as) filhos(as) (SUDBRACK, 2009a, PENSO, 2004, p. 29-34)

b) As crianças, e especialmente os(as) adolescentes, formam sua identidade a partir do olhar da comunidade sobre eles. Constituem seus valores pessoais a partir daquilo que é valorizado em seu contexto social. Aprendem a conviver coletivamente quando se sentem aceitos e pertencentes. É

como se a sociedade e suas instituições fossem espelhos onde é refletida a imagem dos(as) jovens. Assim, as instituições sociais acabam constituindo-se em componentes essenciais na formação de sua identidade, ao mesmo tempo em que o resultado deste reflexo é a própria expressão da identidade social, ou seja, aquilo que se espera dos(as) jovens. Neste contexto, percebe-se com frequência entre os(as) adolescentes falta de perspectiva de integração social, ou de constituição de um projeto de vida em que haja sentimento de pertencimento, o que irá refletir na identidade que está em formação. Ou seja, “[...] não pertencer é não se sentir parte das instituições ou não ter sua identidade relacionada à história destas” (ATHAYDE, BILL e SOARES, 2005, p.163-168).

c) Zaluar, entre outros autores, destaca a ausência, a presença insuficiente, ou a presença clientelista do Estado nas regiões periféricas, como causas para a proliferação de formas de Estado paralelo. Organizações paraestatais, portanto, acabam por controlar a vida das pessoas, seja pela adesão às alternativas de trabalho propostas pelas organizações criminais, pela proteção que tais personagens oferecem, ou, ainda, pelo silêncio que é imposto como meio de sobrevivência (ZALUAR, 1994, p. 141).

d) Levando-se em consideração as modificações no mundo do trabalho, os altos índices de desemprego e a baixa escolaridade, a alternativa de sobrevivência que resta aos(às) jovens das classes populares, muitas vezes, é a adesão ao mundo do tráfico. Fonte de renda imediata, o

tráfico permite um padrão de consumo jamais vislumbrado por meio do trabalho formal ou informal. Assim, a adesão à criminalidade não é uma atitude preconcebida dos(as) jovens da periferia, mesmo porque tem seu preço de insegurança e baixa perspectiva. No entanto, torna-se uma possibilidade se comparada às alternativas econômicas acessíveis.

e) O tráfico, de outra parte, não se restringe ao transporte e venda de drogas, seja dentro dos bairros da periferia ou nos locais de moradia e diversão da população mais abastada socialmente. O mundo das drogas relaciona, em primeiro lugar, o consumo com a atividade econômica do tráfico. Logo a seguir, a necessidade de obtenção das drogas para consumo ou para ampliar o acesso a outros bens faz com que os jovens se envolvam em outras atividades ilícitas. Estas, em um processo gradual, evoluem em gravidade na medida em que se aprofunda a relação com as drogas. Observa-se que um dos fatores relacionados à reincidência de atos infracionais é o envolvimento com o uso de substâncias psicoativas (TEJADAS, 2008, p. 286), o que não se caracteriza pelo consumo, mas pelo envolvimento com atos infracionais partir do acesso ao mundo do tráfico de drogas e ao porte ou o uso de armas.

f) *Status*, autoestima e virilidade são elementos de identidade ofertados pelo tráfico, portanto, são vantagens simbólicas, não encontradas facilmente em outros espaços sociais. De acordo com Athayde, Bill e Soares (2005, p. 163-168), existem ganhos simbólicos com a inserção no

mundo do tráfico, mais significativos do que a atividade econômica que mantém a sobrevivência. Na escalada da violência, os(as) jovens da periferia têm a possibilidade de ganhos subjetivos, incomparáveis em relação a outras alternativas de sobrevivência, ofertadas pelas poucas possibilidades de projetos de vida fora da criminalidade. Contraditoriamente, os meios de comunicação, assim como possibilitam maior visibilidade à violência, também possibilitam a entrada em cena de rostos antes invisíveis (SALES, 2007, p. 323-332). A força adquirida pelo porte de armas, o poder acessado dentro da hierarquia do tráfico, a admiração do sexo oposto e o medo provocado nas pessoas são fatores que levam ao fortalecimento da autoestima e da visibilidade dos(as) adolescentes e, portanto, a uma forma de reconhecimento social.

g) Sabe-se que o número de adolescentes do sexo masculino envolvidos em atos de violência é significativamente maior que o número de adolescentes do sexo feminino. Em 2010, a população feminina das unidades de internação e semiliberdade no Brasil era de 888 adolescentes, enquanto que a masculina era de 17.703 adolescentes, representando, portanto, a população feminina o percentual de 5,04% da população total (BRASIL: SDH, 2010).

Essa realidade revela a presença do componente gênero no envolvimento com a realidade da criminalidade. Analisando-se de forma mais próxima tal realidade⁴, vê-se

⁴ Cabe esclarecer que se tem consciência de que o tema das relações de gênero, relacionado à violência na juventude, é de importante complexidade e exige uma

que acaba por se reproduzir a configuração histórica das relações de gênero, com o maior domínio masculino no espaço público e a restrição do feminino ao espaço privado. Os homens (no caso, adolescentes) saem às ruas em busca de sobrevivência e, para tal, usam sua força física. As mulheres (adolescentes) ficam no espaço de casa, e quando cometem atos infracionais, estes estão associados a situações envolvendo violência doméstica e a doenças mentais. Ainda que se observe certa tendência de mudança, vê-se que tal envolvimento está relacionado a determinados papéis que desempenham na família e no contexto social, onde estão inseridas. Muitas vezes, elas são atuantes no tráfico, junto com seus namorados ou companheiros, outras vezes, seu papel é mais secundário, mas contribuem ativamente com a realidade da criminalidade, na medida em que acabam elegendo como modelo masculino o macho violento: enquanto sua proteção as protege da violência de que correm risco, sua companhia é também fator de valorização em seu meio social. (ATHAIDE, BILL e SOARES, 2005, p. 224-225).

Diante de todo o exposto, percebe-se que existem vários fatores geradores do processo de criminalidade envolvendo adolescentes. Pode-se dizer que o fato de serem adolescentes e viverem em condições adversas já pode significar o risco de ocorrer certo relacionamento com a violência, seja como vítima ou no cometimento de atos

infracionais. Sua condição de vulnerabilidade faz com que a possibilidade do envolvimento com a violência faça parte de seu cotidiano. De outra parte, também a violência atinge outros níveis sociais, o que permite a reflexão de que a cultura da violência, ou de resolver conflitos com violência, não está restrita ao segmento social da pobreza. Ao contrário, ultrapassa os limites econômicos estabelecidos na sociedade e está disseminada no conjunto das relações de poder e dominação.

No entanto, em uma perspectiva emancipatória, de valorização da vida e de inclusão social da juventude brasileira, o enfrentamento da problemática da violência que envolve esta parcela da população, deve contemplar formas de garantir políticas públicas inclusivas. Alternativas de geração de renda, incentivos a projetos de vida, oportunidades de visibilidade social positiva, vinculações, reconhecimento e pertencimento social são algumas das estratégias que podem ser adotadas no sentido de garantir os direitos desta parcela da população.

O desafio está em potencializar iniciativas que estão sendo praticadas pelos diversos movimentos, mobilizações e experiências positivas de políticas públicas, por vezes isoladas, mas que podem ser percebidas em todos os cantos deste País. De outra parte, o desafio implica a necessidade da atuação de todos os segmentos sociais no sentido de melhorar a realidade da juventude, o que tem como significado não apenas uma perspectiva de projeto para a juventude, mas para todos.

Referências:

ARIÈS, Philippe. História Social da Criança e da Família. 2ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1981.

ASSIS, Simone Gonçalves de. Traçando caminhos em uma sociedade violenta. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1999.

ASSIS, Simone Gonçalves; AVANCI, Joviana Quintes. Labirinto de Espelhos. Formação da Autoestima na Infância e na Adolescência. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2004.

ATHAYDE, Celso; BILL, MV; SOARES, Luis Eduardo. Cabeça de Porco. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005.

BAUMAN, Zigmunt. O mal-estar da pós-modernidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1998.

BECK, Ulrich. La sociedad Del Riesgo: hasta una nueva modernidad. Buenos Aires: Paidós, 1998.

BHABHA, Homi K. O Local da Cultura. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei 8069/90. Brasília. 1990.

BRASIL. Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República; Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF; Observatório das Favelas; Laboratório de Análise da Violência – LAV/UERJ. Índice de Homicídios na Adolescência – IHA. Análise Preliminar dos Homicídios em 267 municípios com mais de 100 mil habitantes, 2009.

_____. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente SDH/ Presidência da República. Levantamento Nacional SINASE- 2010.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária. Brasília. 2006.

CASTEL, Robert. A discriminação negativa. Cidadãos ou autoclaves? Trad. Francisco Morás. Petrópolis: Vozes, 2008.

DATA SUS – a partir de informações coletadas em 2006 e 2007.

FERREIRA, Berta Weil. Adolescência na Teoria Psicanalítica. In: Educação, ano XX, nº. 32, Porto Alegre: EDIPUC/RS, 1997. p.159-168

GAUER, Ruth Maria Chitó. Sistema Penal e Violência. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.

GOFFMAN, Erving. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4 ed. Trad. de Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1988.

HONNETH, Axel. Luta pelo Reconhecimento. A gramática moral dos conflitos sociais. Trad. Luiz Repa. São Paulo: Ed. 34, 2003.

IBASE/POLÍS. Juventude Brasileira e Democracia: participação, esferas e políticas públicas. Relatório Final de Pesquisa. Rio de Janeiro: IBASE/POLIS, 2005.

KARAN, Maria Lúcia. De Crimes, Penas e Fantasia. 2a ed. Rio de Janeiro: Luam, 1993.

MAFFESOLI, Michel. Tribalismo pós-moderno: da identidade às identificações. In: Ciência Sociais UNISINOS, 43(1), janeiro/abril. São Leopoldo: UNISINOS, 2007 (97-102)

OSÓRIO, L. C. Adolescente hoje . Porto Alegre: Ed. Artes médicas,1989. 103p.

OST, François. O Tempo e o Direito. Lisboa: Instituto Piaget, 1999.

OUTEIRAL, José. Adolescência: Modernidade e Pós-modernidade. In: WEINBERG, Cybelle. Geração Delivery: adolecer no mundo atual. São Paulo: Sá, 2001. p.13-28

RELATÓRIO das Nações Unidas sobre a Violência na Infância Brasileira, 2006, que publica dados cuja fonte primária é o Ministério da Saúde. Publicados na Folha de São Paulo, em 15 de outubro de 2006.

SALES, Mione Apolinario. Visibilidade Perversa, Adolescentes Infratores como Metáfora da Violência. São Paulo: Cortez, 2007.

SANTOS. Boaventura de Souza. A Gramática do tempo. Para uma nova cultura política. Porto: Afrontamento, 2006.

SOARES, Luiz Eduardo; MILITO, Cláudia; SILVA, Hélio R. S. Homicídios dolosos praticados contra crianças e adolescentes do Rio de Janeiro. In: _____ e colaboradores. Violência e Política no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Relume Dumará, ISER, 1996. p. 189-215

SOUZA, Jessé. A invisibilidade da desigualdade brasileira. Belo Horizonte: UFMG. 2006.

SUDBRAK, Maria de Fátima Olivier. Adolescentes e Transgressão: grupos de socialização, margem e desvio. Texto inédito produzido para fins didáticos do Curso Extensão Universitária no Contexto da Educação Continuada do Sistema Socioeducativo do Distrito Federal. Universidade de Brasília, 2009a.

_____. O papel da família e da escola na formação da adolescência. Texto inédito produzido para fins didáticos do Curso Extensão Universitária no Contexto da Educação

Continuada do Sistema Socioeducativo do Distrito Federal. Universidade de Brasília, 2009b.

TEJADAS, Silvia da Silva. Juventude e Ato Infracional: As múltiplas determinações da reincidência. Porto Alegre: Edipuc, 2008.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Núcleo de Estudos da Violência (NEV) da Universidade de São Paulo. Homicídios de Crianças e Jovens no Brasil – 1980-2002. São Paulo: USP, 2006.

WEINBERG, Cybelle. Geração Delivery: adolecer no mundo atual. São Paulo: Sá, 2001, p. 8-11.

ZALUAR, Alba. A máquina e a revolta. As organizações populares e o significado da pobreza. 2^a ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
